

“Meia-entrada” para todos na energia

A infraestrutura que atende consumidores residenciais de energia elétrica é mais cara do que a que atende os grandes consumidores. Num país socialmente equilibrado, as tarifas poderiam refletir apenas essa diferença técnica. Não no Brasil. Aqui a conta de luz precisa capturar a incapacidade de pagamento das famílias mais humildes via “tarifa social”, de menor valor. Idealmente, a ajuda deveria custeada pelos contribuintes, via impostos. Em vez disso, onera a conta de luz dos demais consumidores, via subsídios cruzados. Porém essa é a mais aceitável das transferências de renda que ocorrem no escurinho do setor elétrico.

Quase todas as demais não deveriam existir. Algumas tinham boa justificativa quando foram criadas, anos atrás, mas já deveriam ter sido extintas. São mantidas graças aos lobbies que atuam no Congresso. Pior: novos benefícios para quem não precisa têm sido inseridos na legislação, à custa dos consumidores comuns. Não se trata de iniciativas para diminuir o custo da eletricidade e sim de regras sobre quem paga o que. Ou seja, como se trata de um “jogo de soma zero”, cada bondade a beneficiar uma determinada categoria de consumidores ou agentes do setor resulta numa maldade imposta aos demais consumidores e agentes.

Por exemplo, há muitos anos as indústrias que produzem sua própria energia, chamadas de autoprodutoras, não pagam encargos setoriais. O que é correto. Errado, mas não ilegal, é o recente e “esperto” modelo de arranjo societário que garante a mesma isenção a empresas que não geram um único kWh. Também errado, no sentido da injusta alocação dos custos sistêmicos, mas não ilegal, é a energia solar por assinatura que beneficia consumidores que nem sequer sabem o que é uma placa fotovoltaica.

Nesse ambiente de “puxar a brasa para a sua sardinha”, o Setor Elétrico vem se desestruturando num movimento suicida chamado de “espiral da morte”. Essencialmente, o custo sistêmico vai se concentrando injustamente nas contas de luz da parcela dos consumidores comuns, sem real representação no Congresso. Para eles, a conta sobe mais rapidamente do que a inflação. Alguns não conseguem pagar e aderem ao furto ou fraude, o que causa aumento da conta dos adimplentes.

Parte desses são também empurrados para a ilegalidade e a espiral inicia uma nova rodada. Pelo andar da carruagem, vai continuar girando, girando, até que não tenha mais ninguém apto a pagar o custo sistêmico. Aí o colapso será inevitável.

Para evitar esse trágico fim, convém seguir o conselho de Stanislaw Ponte Preta: “restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos”! Para o caso concreto, significaria estender os descontos dos custos sistêmicos associados às fontes incentivadas – eólica e solar, tanto a centralizada quanto a distribuída - para todos os consumidores, indistintamente. Se fossem removidas as divisórias dos cercadinhos vip que separam as categorias de consumidores e todos ficassem submetidos às mesmas regras, o custo sistêmico continuaria existindo, mas seria mais simples alocá-lo a todos os consumidores. Num país em que é difícil terminar com a “meia-entrada”, talvez a solução seja garantir “meia-entrada” para todos.

Publicado na Folha de São Paulo, 15/10/2024

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jerson-kelman/2024/10/restaure-se-a-moralidade-ou-locupletemo-nos-todos.shtml>

mercado folha em defesa da energia limpa

'Meia-entrada' para todos na energia

É preciso remover as divisórias dos cercadinhos VIP dos consumidores de luz

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

A infraestrutura que atende consumidores residenciais de energia elétrica é mais cara do que a que atende os grandes consumidores. Num país socialmente equilibrado, as tarifas poderiam refletir apenas essa diferença técnica. Não no Brasil. Aqui a conta de luz precisa capturar a incapacidade de pagamento das famílias mais humildes via "tarifa social", de menor valor.

Idealmente, a ajuda deveria ser custeada pelos contribuintes, via impostos. Em vez disso, onera a conta de luz dos demais consumidores, via subsídios cruzados. Porém essa é a mais aceitável das transferências de renda que ocorrem no escuro do setor elétrico.

Quase todas as demais não deveriam existir. Algumas tinham boa justificativa quando foram criadas, anos atrás, mas já deveriam ter sido extintas. São mantidas graças aos lobbies que atuam no Congresso. Pior: novos benefícios para quem não precisa têm sido inseridos na legislação, à custa dos consumidores comuns. Não se trata de iniciativas para diminuir o custo da eletricidade, e sim de regras sobre quem paga o quê. Ou seja, como se trata de um "jogo de soma zero", cada bondade a beneficiar uma determinada categoria de consumidores ou agentes do setor resulta numa maldade imposta aos demais consumidores e agentes.

Por exemplo, há muitos anos as indústrias que produzem sua própria energia, chamadas de autoprodutoras, não pagam encargos setoriais. O que é correto. Errado, mas não ilegal, é o recente e "esperto" modelo de arranjo societário que garante a mesma isenção a empresas que não geram um único kWh.

Também errado, no sentido da injusta alocação dos custos sistêmicos, mas não ilegal, é a energia solar por assinatura que beneficia consumidores que nem sequer sabem o que é uma placa fotovoltaica.

Nesse ambiente de "puxar a brasa para a sua sardinha", o setor elétrico vem se desestruturando num movimento suicida chamado de "espiral da morte". Essencialmente, o custo sistêmico vai se concentrando injustamente nas contas de luz da parcela dos consumidores comuns, sem real representação no Congresso. Para eles, a conta sobe mais rapidamente do que a inflação. Alguns não conseguem pagar e aderem ao furto ou fraude, o que causa aumento da conta dos adimplentes.

Parte desses é também empurrada para a ilegalidade, e a espiral inicia uma nova rodada. Pelo andar da carruagem, vai continuar girando, girando, até que não tenha mais ninguém apto a pagar o custo sistêmico. Ai o colapso será inevitável.

Para evitar esse trágico fim, convém seguir o conselho de Stanislaw Ponte Preta: "Restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos!". Para o caso concreto, significaria estender os descontos dos custos sistêmicos associados às fontes incentivadas — eólica e solar, tanto a centralizada quanto a distribuída — para todos os consumidores, indistintamente. Se fossem removidas as divisórias dos cercadinhos VIP que separam as categorias de consumidores e todos fossem submetidos às mesmas regras, o custo sistêmico continuaria existindo, mas seria mais simples aloca-lo a todos.

Num país em que é difícil terminar com a "meia-entrada", talvez a solução seja garantir "meia-entrada" para todos.

Para o consumidor de energia comum, a conta sobe mais rapidamente que a inflação. Alguns não conseguem pagar e aderem ao furto ou fraude, o que causa aumento da conta dos adimplentes, num movimento suicida, a 'espiral da morte'



Fábrica de painéis solares da BYD em Campinas Eduardo Knapp - 17 ago. 24 / Folhapress

Sobreoferta de energia renovável pode desequilibrar sistema, alerta ONS

Para operador, expansão acelerada de projetos demanda medidas adicionais para segurança da rede e exigirá cortes na geração distribuída

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O esperado crescimento da sobreoferta de energias renováveis nos próximos anos demandará medidas adicionais para garantir a segurança do sistema elétrico brasileiro, alertou no início deste mês o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Em relatório sobre a operação do sistema entre 2024 e 2028, o órgão diz que não dará conta, sozinho, de gerir toda a sobra de energia em momentos de baixo consumo e pede que distribuidoras invistam em equipamentos para cortar a geração distribuída quando necessário.

A implantação acelerada e desordenada de usinas solares e eólicas no país já vem provocando um embate entre o governo e as empresas do setor, que cobram ressarcimento por cortes involuntários de geração.

A questão é hoje debatida na Justiça, em ação que pode empurrar para a conta de luz dos brasileiros ao menos R\$ 1,2 bilhão. Em setembro, os cortes ordenados pelo ONS representaram 20% da capacidade média de geração das duas fontes, de acordo com a consultoria Volt Robotics.

amento da eletricidade quanto por excesso de oferta.

Os cortes se intensificaram após o apagão de agosto de 2023, quando o operador do sistema elétrico restringiu a capacidade de escoamento de energia entre o Nordeste, onde estão a maioria dos projetos renováveis, e outras regiões.

No plano divulgado no início do mês, o ONS afirma que, mesmo com térmicas e hidrelétricas operando com capacidade reduzida, a sobreoferta de renováveis pode ser tão grande nos próximos anos que os cortes podem não ser suficientes para manter o equilíbrio da rede.

Uma solução, diz, é permitir que distribuidoras consigam controlar o despacho de recursos de geração distribuída, aquela que permite a produção de energia no local do consumo ou próximo dele, maior vetor de crescimento da capacidade nos últimos anos.

A Abradee (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica) diz que a medida demanda regulação e investimentos em equipamentos para desconectar os painéis solares em momentos de sobreoferta.

O presidente da entidade, Marcos Madureira, afirma que o problema já é experimentado por outros países, como a Austrália, onde a rede de distribuição também enfrenta desafios gerados pela popularização dos painéis solares. No Brasil, ressalta, é intensificado por recorrentes subsídios ao setor.

"Houve uma pressão para o crescimento exacerbado da geração distribuída com um grande volume de subsídios", afirma o presidente da Abradee.

Além da sobreoferta, o crescimento das energias solar e eólica gera a necessidade de contratação de mais térmicas para o início da noite, quando o sol se põe e o consumo aumenta com a chegada das pessoas em casa. "É um grande desafio para a operação", afirma Madureira.

As geradoras alegam que não têm responsabilidade sobre o problema e, por isso, devem ser ressarcidas pela perda de receita. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) entende que a regulamentação não prevê ressarcimento nesse caso.

"Os investidores reagiram a políticas públicas de incentivo a renováveis. Não faz sentido agora esse desequilíbrio ser todo jogado para eles", diz Donato da Silva Filho, da Volt Robotics.

Ele afirma que os incentivos deveriam ter sido acompanhados por medidas que garantam maior flexibilidade ao sistema, para que assim a necessidade de cortes fosse minimizada.

Em aula sobre o tema realizada no dia 4 deste mês, a Volt enumerou entre as medidas o uso de baterias para armazenar a sobreoferta no meio do dia, incentivos financeiros para que indústrias desloquem consumo para período e modernização da rede de transmissão para ampliar a capacidade.

Procurados pela reportagem, ONS, Aneel e o MME (Ministério de Minas e Energia) não haviam respondido a pedidos de entrevista até a publicação deste texto.

“

As projeções indicam que a necessidade de cortes na geração eólica e fotovoltaica crescerá devido à sobreoferta no meio do dia, no pico de geração das fontes lastreadas em energia solar

ONS

em relatório divulgado no início deste mês